
O DOP E AS PEQUENAS PONTES

ARQUIVO TECNICO

0105
B278d
006426
v.23



06103

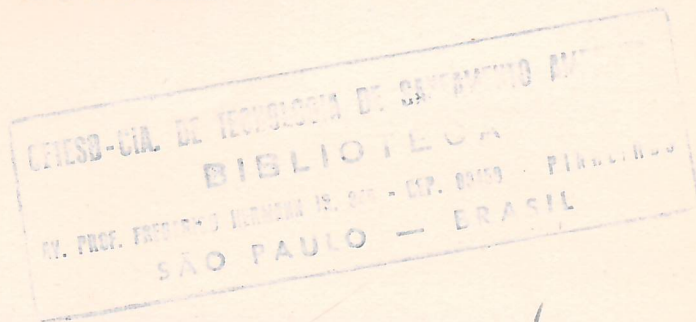


006426

Francisco H. F. de Barros

23

O DOP E AS PEQUENAS PONTES



00105

FRANCISCO HENRIQUE FERNANDO DE BARROS
Secretário de Obras e do Meio Ambiente
do Estado de São Paulo

Class
Tom

0105
B278d
006426

Introdução

Ao setor de obras públicas do governo do Estado correspondem tarefas de grande responsabilidade e alcance estratégico. Concentrando em suas mãos o setor de construção dos edifícios públicos para todas as secretarias de Estado, o Departamento de Edifícios e Obras Públicas — DOP, órgão da Secretaria de Obras e do Meio Ambiente, concretiza praticamente toda a infraestrutura governamental, dando-lhe o suporte físico indispensável à realização de seus diversificados encargos.

As novas diretrizes fixadas pela Secretaria de Obras e do Meio Ambiente para o DOP a partir de 1975 per-

mitiram que este setor tivesse participação decisiva na administração do governador Paulo Egydio Martins.

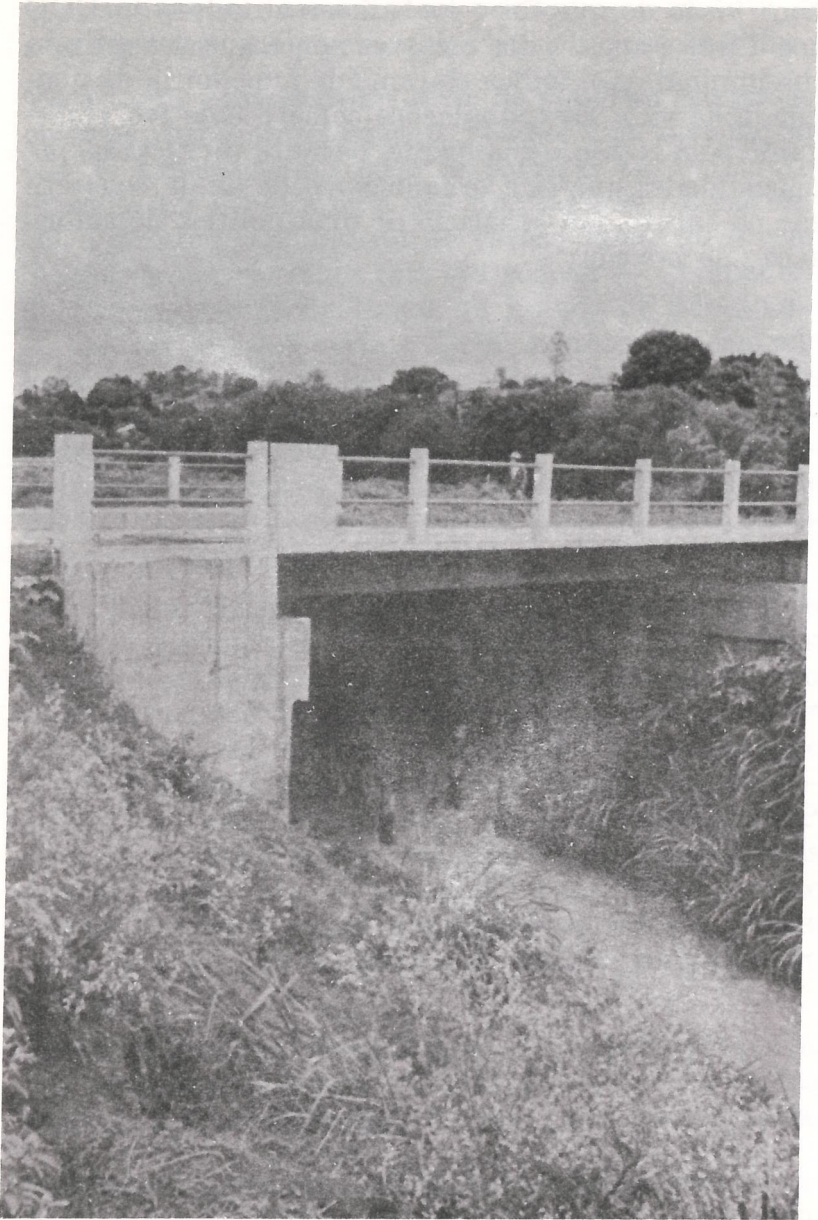
Para tanto, contribuíram, além do plano de integração entre as várias secretarias de Estado, uma racionalização de praticamente todos os serviços do DOP. Um exemplo foi a agilização dos processos de concorrência e do acompanhamento de obras; outro foi a celebração de um convênio com a Prodesp — Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo — através do qual pôde o DOP exercer um controle importante das obras públicas sob sua competência. Os resultados dessa política se fizeram sentir logo nos primeiros meses de governo, quando o DOP, além de desenvolver numerosos projetos de obras públicas, pôde prestar assistência aos municípios na elaboração de estudos e planejamento territorial.

Além disto, foi introduzido um novo e importante tipo de procedimento nas atividades do órgão. Não se tratou apenas de cumprir os termos do decreto que estabeleceu como principais finalidades do DOP a construção de edifícios e obras públicas, mas também do atendimento direto dos municípios, através do Plano de Desenvolvimento Regional (PDR). Por este programa, o DOP realizou, segundo as necessidades dos municípios mais carentes, uma série de pequenas obras, especialmente pequenas pontes, cujos resultados foram de grande valia para o desenvolvimento de numerosas regiões do Estado.

Vários municípios receberam obras de pequeno porte, que interligaram regiões isoladas até então, com pouca possibilidade de colocação de sua produção agrícola.

Numerosos outros municípios foram igualmente beneficiados por pontilhões, tubulações e toda uma série de obras de pequeno porte.

Uma visão do que foi o trabalho realizado pelo DOP nos últimos anos, e dos métodos novos que permitiram sua implantação, indica claramente a melhoria da qualidade de vida das populações como o objetivo perseguido pela gestão. Igualmente, permite verificar as potencialidades que este organismo pode ainda concretizar no futuro, em benefício de uma política de valorização do homem.



Pequenas pontes em estradas do Interior, para ajudar a escoar a produção.

O DOP e as Pequenas Pontes

Muitas estradas da zona rural são transitáveis apenas em determinadas épocas do ano. Este fator, por si só, tem grande influência na estagnação de inúmeros municípios paulistas, impedidos de colaborar com o desenvolvimento geral do Estado e, ao mesmo tempo, dele usufruir.

A partir deste diagnóstico preciso, levado a efeito pelas equipes técnicas da Secretaria de Obras e do Meio Ambiente, estabeleceu-se como filosofia de trabalho do DOP a procura de soluções técnicas que alterassem este estado de coisas, dinamizando as comunicações rurais e estabelecendo vias permanentes de acesso às principais localidades urbanas próximas.

Esta nova filosofia de trabalho teve seu coroamento com a criação, no primeiro semestre de 1977, do Plano de Desenvolvimento Regional — PDR. No ano em que foi iniciado, o PDR foi estruturado para dar atendimento às prefeituras do Interior, através do fornecimento de materiais.

Em princípio, os convênios entre as prefeituras e o DOP estipulavam que o Departamento, a partir dos

pedidos dos municípios, sem ônus para estes, elaborava planos simples para a construção de pequenas pontes, ligando áreas isoladas dos municípios. Posteriormente, desde que fosse necessário, o DOP forneceria o material. Nessa primeira fase, foram gastos mais de 8 milhões de cruzeiros em material distribuído entre 200 obras pequenas em 135 municípios. Mas o PDR precisou ser modificado. Como o DOP não possui almoxarifado para armazenamento do material, surgiram dificuldades previsíveis neste setor. Além disto, o custo final da obra acabava consideravelmente aumentado, já que havia problemas de transporte.

Por isso, já ao fim daquele ano, foi elaborada uma outra dinâmica de auxílio aos municípios atendidos pelo Plano Regional de Desenvolvimento. Através de um mecanismo legal, que faculta a transferência de recursos às prefeituras (verba 433), foi possível reformular o PDR com sensíveis reduções nos custos e significativo aumento na demanda para o benefício imediato dos municípios mais carentes. Com isso, além do projeto e das fundações, o DOP passou a fornecer diretamente a quantia necessária. Por esta nova orientação, o DOP passou a ter uma participação máxima de 50 equivalências salariais vigentes. Desde que esta quantia fosse ultrapassada, caberia à prefeitura completar o restante.

A partir daí, o DOP, através do PDR, passou não só a estudar projetos, reformular outros ou mesmo a elaborar projetos novos; começou também a financiar diretamente pequenas obras de arte — pontilhões de concreto armado, pontes de madeira, linhas de tubos e galerias.

Os resultados das novas providências foram imediatos. Nesta nova fase, em um ano, o DOP atendeu 272 pe-

didados, abrangendo 231 municípios com um total de 867 obras. E, ao todo, em um ano, a Secretaria de Obras e do Meio Ambiente despendeu Cr\$ 46.970.440,00 no PDR.

A grande maioria dos projetos executados pelo DOP obedeceu esta diretriz de valorização do homem do Interior. Através de construção de pontes, viadutos, interligações e melhorias, viárias em áreas rurais ou ou em entroncamentos urbanos de acesso às estradas rurais, esta nova filosofia permitiu que estas obras levassem efetivamente benefícios, serviços e gêneros indispensáveis a localidades com dificuldades de acesso, ao mesmo tempo em que disciplinavam o escoamento da produção agrícola, racionalizando-a e impedindo interrupções nas épocas de cheias. Enfim, criando possibilidades reais de progresso a largas faixas da população rural.

A mudança de enfoques na consideração das prioridades do DOP não implicou no abandono de obras de grande porte, que foram construídas na gestão (como, por exemplo, a série de viadutos unindo avenidas em várias importantes cidades do Interior) mas ênfase especial foi dada às obras para atender às necessidades de regiões com menores recursos econômicos.

Nos quatro anos da administração Paulo Egydio Martins, o Departamento de Edifícios e Obras Públicas desenvolveu pesquisas, soluções funcionais e econômicas para a construção reforma ou ampliação de edifícios públicos, construção de obras de travessia de vias públicas, ferrovias ou cursos d'água, entre outras atividades.

O resultado é que só entre obras iniciadas e concluídas no período, o DOP aplicou 2,6 bilhões de cruzeiros.

Com isso, 2.500 obras foram contratadas, abrangendo desde construções novas, ampliações e reformas até serviços preliminares e complementares; ou seja, no total, em quatro anos, o DOP concluiu em média duas obras por dia, no valor aproximado de um milhão de cruzeiros cada. Além de executar obras próprias, o DOP atendeu ainda solicitações das secretarias de Justiça, Saúde, Segurança, Fazenda, Promoção Social, Interior, de Negócios Metropolitanos e de Cultura e Tecnologia.

Um aspecto importante, nas atividades do DOP neste quadriênio, foi o desenvolvimento de uma nova mentalidade no setor de obras públicas. Por orientação da secretaria de Obras e do Meio Ambiente, este órgão padronizou projetos de centros de saúde, delegacias, fóruns e pontes. Com isto, foram possíveis construções em prazos menores e mais econômicas, com a sensível redução de erros, além de maior equilíbrio e segurança na programação de projetos.

Foram ainda implantados os “projetos moduladores”, com os quais se tornou possível construir edifícios perfeitamente adequados às necessidades dos municípios, evitando-se assim desperdícios de investimentos. Esses projetos modulares permitem a ampliação, a qualquer momento, com rapidez, de prédios públicos, pois toda a estrutura básica e os módulos a serem acrescentados já foram previstos no projeto original, para crescerem na medida do desenvolvimento das comunidades a que se destinam.

Nesse quadro, os maiores beneficiários da nova política implantada no DOP foram as diversas secretarias de Estado, que puderam realizar maior número de obras, a um custo mais reduzido. Além de implantar uma nova sistemática na construção de obras, coube ao DOP

introduzir inovações também no sistema de contratação, permitindo à empresa licitante a apresentação da melhor solução técnica. Anteriormente, as coordenadas do projeto eram dadas pelo próprio DOP. Com esta inovação, poderão ser implantados novos processos de tecnologia com inegável abertura para a adoção de soluções menos onerosas e mais coerentes com os objetivos do Estado.

Outra inovação no setor das licitações é a que permite a redução do prazo proposto pelo Departamento de Edifícios e Obras Públicas. Um terceiro sistema corresponde à combinação dos dois primeiros. Os resultados destas inovações são óbvios, e ainda que as melhores soluções sejam exequíveis, a diminuição dos prazos corre por conta e risco da vencedora da concorrência.